



Planejamento Estratégico Municipal de Nova Olinda do Tocantins 2025-2028

Diagnóstico Socioeconômico do Município de Nova Olinda do Tocantins

O presente diagnóstico socioeconômico constitui a primeira etapa de construção do Planejamento Estratégico do Município de Nova Olinda do Tocantins. Trata-se de um documento técnico preliminar, elaborado com base em dados secundários extraídos de fontes oficiais e portais públicos de informação, especialmente IBGE, Siconfi/Tesouro Nacional, bases de indicadores socioeconômicos, dados educacionais, sanitários e econômicos consolidados em plataformas públicas. Considerando que o processo ideal de planejamento estratégico municipal deve ser participativo, com escuta qualificada da população, gestores públicos, vereadores, servidores, empresários, produtores rurais, organizações sociais e demais atores locais, este diagnóstico deve ser compreendido como uma versão inicial, de gabinete, destinada a subsidiar o cumprimento de obrigações institucionais e orientar as próximas etapas de formulação estratégica. Posteriormente, recomenda-se sua validação por meio de oficinas, reuniões técnicas e audiências públicas.

Nova Olinda está localizada na região norte do Estado do Tocantins, inserida na dinâmica territorial de influência de Araguaína, um dos principais polos econômicos, logísticos, educacionais e de serviços do estado. O município possui área territorial de aproximadamente 1.567,834 km² e população estimada em torno de 10,6 mil habitantes. A densidade demográfica é baixa, característica comum a municípios tocantinenses de base territorial relativamente extensa e ocupação populacional dispersa. Essa configuração impõe desafios relevantes à gestão pública, especialmente quanto à oferta territorializada de serviços públicos, manutenção de estradas vicinais, transporte escolar, atenção básica em saúde, assistência social e infraestrutura urbana e rural.

Do ponto de vista demográfico, Nova Olinda apresenta características de município pequeno, com população relativamente estável e moderado crescimento histórico. A população censitária registrada em 2022 foi de 10.367 habitantes, com estimativa posterior de 10.600 habitantes. Esse porte populacional coloca o município em uma condição administrativa típica de pequenas cidades tocantinenses: capacidade institucional limitada, forte dependência de transferências intergovernamentais, mercado consumidor restrito, baixa escala para investimentos estruturantes e forte centralidade da Prefeitura Municipal como agente econômico, regulador, prestador de serviços e indutor do desenvolvimento local.

A estrutura etária do município revela uma população ainda jovem, mas já em processo de transição demográfica. Há presença expressiva de crianças, adolescentes e adultos em idade produtiva, mas também crescimento proporcional da população idosa. Esse fenômeno exige que o planejamento municipal considere simultaneamente políticas voltadas à infância, juventude, qualificação profissional, geração de renda, atenção básica em saúde, envelhecimento ativo e proteção social. A razão de dependência, formada pela relação entre crianças, adolescentes e idosos em comparação com a população em idade

ativa, indica pressão sobre as famílias e sobre os serviços públicos, sobretudo nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Na dimensão social, Nova Olinda apresenta avanços importantes, mas também desafios persistentes. O indicador de escolarização da população de 6 a 14 anos é elevado, superior a 98%, demonstrando ampla inserção das crianças e adolescentes no ensino regular. Esse dado é positivo e indica boa capacidade de cobertura educacional na faixa obrigatória. Contudo, a simples presença na escola não garante, por si só, qualidade da aprendizagem, permanência escolar, redução de desigualdades educacionais ou adequada transição para o ensino médio, educação profissional e mercado de trabalho. Assim, o planejamento estratégico municipal deve avançar da lógica do acesso para a lógica da qualidade, com foco em alfabetização na idade certa, recomposição de aprendizagens, formação continuada dos professores, gestão pedagógica, transporte escolar, busca ativa e fortalecimento da rede municipal de ensino.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Nova Olinda, registrado em 0,631, situa o



município em uma faixa intermediária de desenvolvimento humano. Esse indicador revela que o município possui avanços sociais importantes, mas ainda convive com limitações em renda, escolaridade e longevidade. Como o IDHM é um indicador composto, sua leitura deve ser associada a outros elementos concretos da realidade municipal, como renda das famílias, qualidade dos serviços públicos, acesso a saneamento, oportunidades de emprego, vulnerabilidade social e capacidade da gestão pública de transformar recursos orçamentários em resultados efetivos para a população.

Na saúde, o município apresenta desafios típicos de cidades pequenas, com forte dependência da atenção básica, da vigilância em saúde, da articulação regional e do acesso a serviços de média e alta complexidade em municípios-polo. A mortalidade infantil registrada em 17,14 óbitos por mil nascidos vivos merece atenção do planejamento municipal, pois esse indicador é sensível à qualidade do pré-natal, acompanhamento das gestantes, assistência ao parto, vacinação, nutrição infantil, saneamento básico, vigilância epidemiológica e capacidade de resposta da rede básica. Ainda que oscilações possam ocorrer em municípios de pequeno porte, em razão do número absoluto reduzido de nascimentos, o indicador deve ser tratado como sinal de alerta para a necessidade de fortalecer linhas de cuidado materno-infantil e ações preventivas.

A assistência social também assume papel estratégico no contexto socioeconômico local. Em municípios de pequeno porte, a vulnerabilidade social geralmente se expressa por meio de baixa renda, informalidade, dependência de benefícios de transferência de renda, fragilidade de vínculos familiares e comunitários, desemprego ou subemprego, insegurança alimentar e limitada oferta de oportunidades para jovens. O fortalecimento do CRAS, do Cadastro Único, do acompanhamento familiar, da proteção social básica e da integração entre assistência social, saúde, educação e geração de renda deve ser entendido como eixo estruturante do planejamento municipal, e não apenas como política compensatória.

Do ponto de vista econômico, Nova Olinda possui Produto Interno Bruto municipal estimado em aproximadamente R\$ 442,5 milhões e PIB per capita em torno de R\$ 42,7 mil. Esse valor per capita, isoladamente, pode transmitir a impressão de uma economia relativamente robusta. Contudo, a análise qualitativa indica que a renda e as oportunidades econômicas não se distribuem de forma homogênea entre a população. A economia local apresenta participação relevante dos serviços, da administração pública, da agropecuária e da indústria, especialmente atividades ligadas à cadeia produtiva regional. A presença de atividades como abate de bovinos e serviços administrativos relacionados à saúde e à gestão pública demonstra que o município tem alguma inserção produtiva, mas ainda depende de poucos segmentos para dinamizar emprego e renda.

A estrutura econômica de Nova Olinda revela uma combinação de potencial e vulnerabilidade. O setor de serviços possui peso relevante, mas tende a estar associado ao comércio local, serviços pessoais, pequenas empresas e atividades dependentes da renda circulante no próprio município. A administração pública tem papel expressivo na economia, tanto pela folha de pagamento quanto pelas compras públicas, investimentos e manutenção dos serviços municipais. A agropecuária, por sua vez, é componente importante da base econômica regional, com potencial para integração a cadeias de valor, agregação de produção, apoio ao pequeno produtor, regularização, assistência técnica, logística e fortalecimento do mercado local. A indústria tem participação menor, mas relevante, especialmente quando associada a atividades de processamento e à cadeia da carne.

O mercado de trabalho formal é restrito, com aproximadamente 1,8 mil vínculos formais. Esse dado confirma uma característica estrutural de pequenos municípios: grande parte da população economicamente ativa encontra-se no trabalho informal, na agricultura familiar, em ocupações temporárias, no comércio de pequeno porte, em serviços autônomos ou na dependência indireta da administração pública. As ocupações mais frequentes no mercado formal estão ligadas à linha de produção, funções administrativas e transporte. A remuneração média formal é inferior à média estadual, o que indica limitação do poder de consumo das famílias e reduz capacidade de expansão do comércio local.

A baixa diversificação econômica é um dos principais desafios estratégicos do município. A



existência de poucos setores com maior capacidade de geração de emprego torna Nova Olinda vulnerável a oscilações econômicas, decisões empresariais externas, sazonalidades do setor agropecuário e mudanças no volume de transferências públicas. Para enfrentar esse desafio, o planejamento estratégico deve contemplar políticas de desenvolvimento econômico local voltadas ao fortalecimento dos pequenos negócios, qualificação profissional, compras públicas locais, estímulo ao empreendedorismo, melhoria do ambiente de negócios, apoio à agricultura familiar, organização de cadeias produtivas e aproximação com instituições como SEBRAE, SENAR, SENAI, Federação das Indústrias, universidades, Governo do Estado e agentes financeiros.

A localização próxima a Araguaína representa uma oportunidade estratégica. Por um lado, essa proximidade pode gerar dependência, pois parte da população tende a buscar serviços, compras, saúde, educação e oportunidades econômicas no município-polo. Por outro lado, pode permitir que Nova Olinda se beneficie da dinâmica regional, especialmente em logística, produção agropecuária, fornecimento de mão de obra, comércio, serviços complementares e integração a cadeias produtivas. O desafio do planejamento municipal é evitar que Nova Olinda seja apenas um município periférico da região de Araguaína, construindo uma agenda própria de desenvolvimento, com identidade territorial, vocações produtivas e prioridades claras.

Na dimensão fiscal e orçamentária, Nova Olinda registrou receitas brutas realizadas de aproximadamente R\$ 77,4 milhões em 2024 e despesas brutas empenhadas de cerca de R\$ 68,2 milhões. Esses números demonstram uma estrutura orçamentária relevante para o porte populacional do município, mas a qualidade da gestão fiscal depende menos do volume absoluto de recursos e mais da capacidade de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Municípios pequenos costumam apresentar forte dependência de transferências constitucionais e legais, especialmente FPM, Fundeb, SUS, SUAS e convênios. Por isso, ampliar a arrecadação própria, modernizar a administração tributária, melhorar o cadastro imobiliário, revisar legislação tributária, qualificar a cobrança administrativa e fortalecer o planejamento orçamentário são medidas fundamentais para garantir maior autonomia fiscal.

A gestão pública municipal deve tratar o orçamento como instrumento de planejamento e não apenas como peça contábil. A construção do planejamento estratégico precisa estar conectada ao PPA, à LDO, à LOA, ao Plano de Contratações Anual, aos planos setoriais e aos instrumentos de controle interno. A ausência de integração entre planejamento, orçamento, compras públicas, execução financeira e monitoramento de resultados tende a gerar baixa eficiência, improvisação administrativa, fragilidade na execução de políticas públicas e maior risco de apontamentos pelos órgãos de controle. Portanto, uma das prioridades estratégicas de Nova Olinda deve ser a institucionalização de uma cultura de planejamento e gestão por resultados.

Na infraestrutura urbana e saneamento, o município apresenta desafios relevantes. Os dados disponíveis indicam que o abastecimento de água conta com prestação estruturada, mas ainda existem limitações relacionadas à canalização interna nos domicílios, perdas, qualidade da cobertura e necessidade de universalização. O esgotamento sanitário, por sua vez, deve ser tratado como uma prioridade estratégica, considerando as metas nacionais de universalização do saneamento básico e seus impactos diretos sobre saúde pública, meio ambiente, qualidade de vida e desenvolvimento urbano. A deficiência em saneamento afeta principalmente famílias de menor renda, amplia riscos de doenças de veiculação hídrica e compromete indicadores de saúde e desenvolvimento humano.

A infraestrutura territorial também deve ser considerada. A baixa densidade demográfica e a existência de áreas rurais exigem atenção permanente às estradas vicinais, pontes, bueiros, transporte escolar, escoamento da produção, acesso a serviços e manutenção preventiva. A precariedade da infraestrutura rural pode limitar a produtividade agropecuária, aumentar custos logísticos, dificultar o acesso de estudantes às escolas e reduzir a presença efetiva do poder público no território. Assim, o planejamento estratégico deve estabelecer prioridades de infraestrutura com base em critérios técnicos, sociais e econômicos.

No campo urbano, Nova Olinda precisa avançar na organização territorial, melhoria dos espaços



públicos, iluminação, mobilidade, limpeza urbana, drenagem, regularização fundiária, equipamentos comunitários e manutenção da malha viária. Pequenos investimentos bem planejados podem produzir grande impacto na qualidade de vida quando orientados por diagnóstico, hierarquização de prioridades e articulação com programas estaduais e federais. A gestão urbana deve ser pensada de forma integrada com saúde, segurança, lazer, educação, meio ambiente e desenvolvimento econômico.

Em síntese, Nova Olinda é um município de pequeno porte, com posição regional relevante, população relativamente estável, economia baseada em serviços, administração pública, agropecuária e atividades industriais específicas, além de desafios sociais e institucionais típicos dos municípios tocantinenses. Seus principais pontos positivos são a localização próxima a Araguaína, a existência de alguma base produtiva formal, o nível elevado de escolarização na faixa obrigatória, a presença de orçamento público significativo para o porte populacional e a possibilidade de organizar uma agenda própria de desenvolvimento. Seus principais desafios são a baixa diversificação econômica, limitação do mercado de trabalho formal, vulnerabilidade social, dependência fiscal de transferências, necessidade de modernização da gestão pública, melhoria do saneamento, qualificação dos serviços públicos e fortalecimento da capacidade de planejamento.

O Planejamento Estratégico de Nova Olinda deve, portanto, partir de uma premissa central: o município precisa transformar recursos públicos, vocações territoriais e capacidades institucionais em resultados concretos para a população. Para isso, será necessário definir prioridades, estabelecer metas, organizar programas estratégicos, alinhar orçamento e execução, qualificar a gestão das secretarias, fortalecer o controle interno, ampliar a participação social sempre que possível e construir uma cultura administrativa orientada por evidências, planejamento e resultados. Mesmo que esta primeira versão seja elaborada de forma técnica e preliminar, ela deve servir como base para uma agenda estruturada de desenvolvimento municipal, capaz de orientar decisões, corrigir fragilidades e preparar Nova Olinda para um ciclo mais consistente de governança, eficiência pública e desenvolvimento local.

Matriz SWOT Preliminar do Município de Nova Olinda do Tocantins

A Matriz SWOT apresentada a seguir constitui um levantamento preliminar dos fatores internos e externos que podem influenciar o Planejamento Estratégico do Município de Nova Olinda do Tocantins. Neste momento, não se realiza ainda a análise cruzada entre forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. O objetivo desta etapa é apenas organizar os elementos identificados a partir de dados socioeconômicos, territoriais, fiscais, educacionais, sanitários e econômicos disponíveis em bases públicas.

Forças

Nova Olinda possui localização estratégica no norte do Tocantins, em área de influência regional de Araguaína, um dos principais polos econômicos, logísticos, educacionais e de serviços do estado. Essa posição territorial favorece o acesso a mercados, serviços especializados, oportunidades de integração regional e articulação com cadeias produtivas mais amplas.

O município apresenta população estimada em aproximadamente 10,6 mil habitantes, o que permite uma escala administrativa ainda manejável para planejamento, acompanhamento de políticas públicas e organização de ações intersetoriais. A população censitária de 2022 foi de 10.367 habitantes, com densidade demográfica de 6,61 habitantes por km², em uma área territorial de 1.567,834 km².

A taxa de escolarização da população de 6 a 14 anos é elevada, alcançando 98,58%, o que demonstra boa cobertura de acesso escolar na faixa obrigatória. Esse indicador representa uma base positiva para o fortalecimento das políticas educacionais, especialmente se associado à melhoria da qualidade do ensino, recomposição de aprendizagens, gestão pedagógica e acompanhamento dos indicadores educacionais.



O município apresenta Produto Interno Bruto per capita de R\$ 42.683,88, conforme dado do IBGE para 2023, indicando presença de atividade econômica relevante em relação ao porte populacional. A economia municipal possui participação expressiva do setor de serviços, da administração pública, da agropecuária e da indústria. Segundo dados econômicos consolidados, o PIB municipal é estimado em aproximadamente R\$ 442,5 milhões, sendo 43,1% do valor adicionado proveniente dos serviços, 33,5% da administração pública, 12,7% da agropecuária e 10,8% da indústria. Essa composição revela uma base econômica relativamente diversificada para um município de pequeno porte.

A existência de atividade industrial, ainda que limitada, constitui uma força relevante, sobretudo quando associada à cadeia produtiva regional, ao agronegócio, ao processamento de produtos e à geração de empregos formais. Em muitos municípios pequenos, a ausência de indústria reduz a capacidade de dinamização econômica; em Nova Olinda, sua presença pode servir como ponto de apoio para políticas de desenvolvimento produtivo.

A agropecuária tem participação importante na estrutura econômica local e pode ser considerada uma força territorial. O município está inserido em região com vocação produtiva ligada ao campo, o que favorece ações de apoio ao produtor rural, fortalecimento de cadeias produtivas, melhoria da infraestrutura rural e integração com políticas estaduais e federais de desenvolvimento agropecuário.

A administração pública municipal movimenta volume orçamentário significativo para o porte populacional. Em 2024, as receitas brutas realizadas foram de R\$ 77.406.707,07, enquanto as despesas brutas empenhadas alcançaram R\$ 68.200.598,68. Esses valores demonstram que o orçamento público é um instrumento relevante de indução econômica, prestação de serviços e organização das políticas municipais.

A presença de rede básica de serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, infraestrutura e administração municipal constitui uma força institucional importante. Mesmo com limitações, a estrutura municipal existente permite organizar programas, pactuar metas, melhorar processos internos e implantar práticas de gestão por resultados.

O porte populacional do município favorece maior proximidade entre gestão pública e população. Essa característica pode facilitar a identificação de demandas, a implementação de programas territoriais, o acompanhamento de famílias vulneráveis e a realização de ações integradas entre secretarias.

Fraquezas

Nova Olinda apresenta baixa densidade demográfica, com 6,61 habitantes por km², o que dificulta a oferta territorializada de serviços públicos e eleva custos de manutenção de infraestrutura, transporte escolar, saúde rural, assistência social, estradas vicinais e atendimento às comunidades dispersas.

O município possui Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,631, classificado em faixa intermediária. Esse indicador revela limitações sociais ainda relevantes, especialmente quando associado a renda, escolaridade, longevidade, vulnerabilidade social e qualidade dos serviços públicos.

A mortalidade infantil registrada em 17,14 óbitos por mil nascidos vivos representa uma fragilidade importante, ainda que municípios pequenos possam apresentar oscilações estatísticas em razão do número absoluto reduzido de nascimentos. O indicador exige atenção para políticas de pré-natal, acompanhamento materno-infantil, vacinação, vigilância em saúde, nutrição, saneamento e atenção básica.

A economia local ainda depende fortemente dos serviços e da administração pública. Embora exista participação da agropecuária e da indústria, a administração pública responde por 33,5% do valor adicionado municipal, o que demonstra peso expressivo do setor público na sustentação da economia local.



O mercado de trabalho formal é limitado. Dados econômicos consolidados indicam aproximadamente 1,8 mil empregos formais no município, número restrito diante da população total e da necessidade de geração de renda local. Essa limitação tende a ampliar a informalidade, a dependência da administração pública e a migração de trabalhadores para municípios maiores.

A remuneração média formal é relativamente baixa em comparação com centros urbanos maiores, o que reduz o poder de consumo das famílias, limita a expansão do comércio local e dificulta a retenção de mão de obra qualificada.

A base econômica ainda apresenta baixa diversificação produtiva, com dependência de poucos setores mais estruturados. Essa condição reduz a resiliência econômica do município diante de crises setoriais, sazonalidades agropecuárias, redução de transferências públicas ou fechamento de postos de trabalho.

A arrecadação própria tende a ser limitada, como ocorre em grande parte dos municípios de pequeno porte. A dependência de transferências constitucionais, legais e voluntárias reduz a autonomia fiscal e torna o município mais vulnerável a oscilações de repasses, mudanças normativas e restrições orçamentárias.

A infraestrutura de saneamento básico apresenta fragilidades. Dados consolidados indicam que 74,6% da população é atendida com abastecimento de água, abaixo da média estadual e nacional, e que 2.699 habitantes não têm acesso à água. Também há ausência de informações disponíveis sobre esgotamento sanitário no SINISA, o que aponta necessidade de melhoria da gestão, do monitoramento e da universalização do saneamento.

Ainda no saneamento, há registros de domicílios sem canalização interna ou com canalização apenas no terreno. Segundo dados de plataforma especializada, 81,87% dos domicílios possuem canalização interna em pelo menos um cômodo, 5,52% possuem canalização somente no terreno e 11,65% não possuem canalização interna.

O município possui desafios de planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas. A ausência de cultura consolidada de planejamento integrado entre PPA, LDO, LOA, Plano de Contratações Anual, controle interno e execução das políticas pode comprometer a eficiência da gestão pública.

A capacidade técnica municipal pode ser limitada pela estrutura administrativa reduzida, dificuldade de retenção de servidores qualificados, excesso de atribuições concentradas em poucas equipes e necessidade permanente de capacitação dos gestores e técnicos.

Oportunidades

A proximidade de Araguaína representa uma oportunidade relevante para integração regional. Nova Olinda pode se posicionar como município complementar ao polo regional, aproveitando fluxos econômicos, logísticos, educacionais, comerciais e de serviços.

A dinâmica econômica do norte do Tocantins oferece oportunidades de inserção em cadeias produtivas regionais, especialmente nas áreas de agropecuária, alimentos, logística, serviços de apoio, comércio e pequenas indústrias.

A participação da agropecuária na economia local pode ser ampliada por meio de políticas de apoio ao produtor rural, assistência técnica, regularização produtiva, melhoria de estradas vicinais, compras públicas da agricultura familiar, agroindustrialização, certificação e acesso a mercados.

A presença de atividade industrial no município pode ser aproveitada como ponto de partida para uma política municipal de desenvolvimento econômico, atração de pequenos empreendimentos, melhoria do ambiente de negócios e articulação com o setor produtivo regional.

O fortalecimento dos pequenos negócios representa oportunidade concreta para geração de emprego e renda. Parcerias com SEBRAE, SENAI, SENAR, instituições financeiras, associações comerciais e Governo do Estado podem contribuir para capacitação, formalização, acesso a crédito e melhoria da gestão empresarial.

O orçamento municipal, embora sujeito a restrições, pode ser melhor utilizado como instrumento de



desenvolvimento local. A organização das compras públicas, a previsibilidade do Plano de Contratações Anual e o fortalecimento do planejamento orçamentário podem ampliar a eficiência do gasto e favorecer fornecedores locais quando juridicamente possível.

A modernização da administração tributária constitui oportunidade para ampliar receitas próprias sem necessariamente aumentar alíquotas. Medidas como atualização cadastral, revisão do Código Tributário Municipal, melhoria da fiscalização, uso de tecnologia, educação fiscal e cobrança administrativa podem fortalecer a autonomia financeira do município.

As metas nacionais de universalização do saneamento básico representam oportunidade para captação de recursos, parcerias, projetos estruturantes e melhoria da qualidade de vida. O Novo Marco Legal do Saneamento estabelece metas de universalização que podem orientar a agenda municipal de infraestrutura sanitária.

A elevada taxa de escolarização na faixa de 6 a 14 anos oferece oportunidade para avançar na qualidade da educação. O município pode concentrar esforços em alfabetização, recomposição de aprendizagens, formação de professores, avaliação diagnóstica e integração entre educação, assistência social e saúde.

A organização de um Planejamento Estratégico Municipal cria oportunidade institucional para integrar secretarias, definir prioridades, estabelecer metas, melhorar a governança, alinhar orçamento e reduzir improvisações administrativas.

A expansão de políticas públicas baseadas em evidências, indicadores e metas pode melhorar a relação do município com órgãos de controle, reduzir riscos de apontamentos e aumentar a capacidade de demonstrar resultados.

A existência de programas federais e estaduais nas áreas de saúde, educação, assistência social, infraestrutura, saneamento, habitação, regularização fundiária, desenvolvimento econômico e agricultura familiar pode ser aproveitada de forma mais estruturada mediante projetos técnicos, cadastro de demandas e articulação política-institucional.

Ameaças

A dependência de transferências intergovernamentais representa ameaça à sustentabilidade fiscal do município. Reduções no FPM, atrasos em repasses, mudanças em critérios de distribuição ou restrições fiscais nacionais podem afetar a execução de políticas públicas e investimentos locais.

A baixa diversificação econômica torna o município vulnerável a oscilações em poucos setores econômicos. Caso haja retração em atividades produtivas relevantes, redução de empregos formais ou queda na renda local, os impactos sobre comércio, arrecadação e famílias podem ser significativos.

A proximidade com Araguaína, embora seja uma oportunidade, também representa ameaça de dependência econômica e evasão de consumo. Parte da população pode buscar comércio, serviços, saúde, educação, lazer e oportunidades de trabalho fora do município, reduzindo a circulação interna de renda.

A baixa capacidade de geração de empregos formais pode estimular migração de jovens e trabalhadores qualificados para municípios maiores. Esse processo reduz capital humano local, enfraquece o empreendedorismo e dificulta a renovação econômica do município.

A informalidade e a baixa renda das famílias podem ampliar vulnerabilidades sociais, pressionando os serviços públicos de assistência social, saúde e educação.

A insuficiência de saneamento básico pode comprometer indicadores de saúde, qualidade de vida, valorização urbana e sustentabilidade ambiental. A falta de acesso universal à água e a ausência ou fragilidade de informações sobre esgotamento sanitário representam riscos à saúde pública e ao cumprimento de metas legais.

A mortalidade infantil acima de patamares desejáveis pode se tornar fator de alerta para órgãos de controle e para a própria gestão municipal, especialmente se associada a fragilidades no pré-natal, saneamento, vigilância em saúde e atenção básica.



A pressão crescente dos órgãos de controle sobre planejamento, execução orçamentária, contratações públicas, controle interno, transparência e resultados pode gerar riscos administrativos caso o município não fortaleça seus instrumentos de governança.

A baixa capacidade técnica da administração municipal pode dificultar a elaboração de projetos, captação de recursos, execução de convênios, prestação de contas e implantação de políticas públicas mais complexas.

A ausência de planejamento integrado pode gerar fragmentação das ações de governo, sobreposição de iniciativas, baixa eficiência do gasto público e dificuldade de mensurar resultados.

Eventos climáticos, sazonalidade produtiva, problemas em estradas rurais e dificuldades logísticas podem afetar a produção agropecuária, o transporte escolar, o acesso a serviços públicos e o escoamento da produção.

A competição regional por investimentos, empresas, mão de obra qualificada e recursos públicos pode limitar a capacidade de Nova Olinda atrair novos empreendimentos caso o município não organize uma agenda clara de desenvolvimento econômico e melhoria do ambiente de negócios.

A eventual descontinuidade administrativa ou mudança de prioridades políticas pode comprometer a execução do Planejamento Estratégico, especialmente se o plano não for institucionalizado por normas, metas, monitoramento e integração com os instrumentos orçamentários.

Elementos Identificados na Matriz SWOT

A presente Matriz SWOT foi reorganizada, a partir do contexto acima, considerando a distinção metodológica entre fatores internos e externos. As **forças e fraquezas** dizem respeito a elementos internos da Prefeitura Municipal de Nova Olinda, ou seja, capacidades, estruturas, práticas, recursos, processos e instrumentos que a gestão municipal possui e pode potencializar ou corrigir. Já as **oportunidades e ameaças** referem-se a fatores externos ao controle direto da Prefeitura, mas que podem ser aproveitados ou mitigados por meio de planejamento, articulação institucional e capacidade de resposta governamental.

Ambiente Interno – Forças

Forças da Prefeitura Municipal	Descrição
Estrutura administrativa municipal existente	A Prefeitura possui secretarias, setores administrativos e serviços públicos básicos já instalados, o que permite organizar ações, programas e rotinas de gestão.
Rede municipal de educação em funcionamento	A existência de rede educacional municipal permite à gestão atuar diretamente sobre acesso, permanência, aprendizagem, transporte escolar, formação de professores e gestão pedagógica.
Boa cobertura escolar na faixa obrigatória	A elevada taxa de escolarização da população de 6 a 14 anos indica que o município possui capacidade instalada para garantir acesso à escola nessa faixa etária.
Rede básica de saúde estruturada	A Prefeitura dispõe de serviços de atenção básica, vigilância e acompanhamento territorial que podem ser aprimorados para melhorar indicadores de saúde.
Existência de política municipal de assistência social	A estrutura do SUAS no município permite acompanhamento de famílias vulneráveis, atualização cadastral, proteção social básica e articulação com saúde e educação.
Orçamento municipal relevante para o porte populacional	O volume de receitas municipais permite à gestão organizar políticas públicas, custear serviços essenciais e planejar investimentos prioritários.
Capacidade de indução econômica pelas compras públicas	A Prefeitura, por meio de suas contratações, pode organizar melhor suas compras e, dentro dos limites legais, estimular fornecedores locais e pequenos negócios.
Proximidade administrativa com a população	Por ser um município de pequeno porte, a gestão municipal pode conhecer melhor as demandas sociais e acompanhar mais de perto os problemas locais.
Possibilidade de articulação direta entre secretarias	A escala administrativa reduzida favorece a integração entre áreas como saúde, educação, assistência social, infraestrutura, finanças e administração.
Existência de instrumentos formais de planejamento	O município já trabalha com instrumentos obrigatórios como PPA, LDO, LOA, planos setoriais e processos de contratação, que podem ser integrados ao Planejamento Estratégico.
Potencial de reorganização institucional	A demanda atual pela elaboração do Planejamento Estratégico cria oportunidade interna para melhorar processos, metas, indicadores e rotinas de monitoramento.



Experiência acumulada da gestão municipal	A Prefeitura possui conhecimento prático sobre os problemas locais, demandas da população e funcionamento cotidiano dos serviços públicos.
Capacidade de atuação direta sobre infraestrutura urbana e rural	A gestão municipal pode planejar e executar ações de manutenção de vias urbanas, estradas vicinais, iluminação, limpeza pública, drenagem e pequenos equipamentos públicos.
Possibilidade de modernização tributária local	A Prefeitura possui competência para aperfeiçoar cadastro imobiliário, fiscalização, cobrança administrativa, legislação tributária e rotinas de arrecadação própria.
Capacidade de institucionalizar governança e controle interno	A administração municipal pode fortalecer fluxos, responsabilidades, controle interno, transparência, planejamento de contratações e acompanhamento da execução orçamentária.

Ambiente Interno – Fraquezas

Fraquezas da Prefeitura Municipal	Descrição
Cultura de planejamento ainda pouco consolidada	A Prefeitura ainda precisa fortalecer a integração entre planejamento estratégico, PPA, LDO, LOA, Plano de Contratações Anual e execução das políticas públicas.
Fragilidade na integração entre secretarias	A atuação das secretarias pode ocorrer de forma fragmentada, dificultando soluções intersecretoriais para problemas sociais, econômicos e territoriais.
Baixa capacidade de monitoramento por indicadores	A gestão municipal ainda precisa consolidar práticas de acompanhamento sistemático de metas, indicadores, resultados e impactos das políticas públicas.
Limitações técnicas da estrutura administrativa	Equipes reduzidas, acúmulo de funções e dificuldade de retenção de servidores qualificados podem comprometer elaboração de projetos, captação de recursos e prestação de contas.
Dependência de ações reativas	A ausência de planejamento integrado pode levar a uma administração mais voltada à solução de urgências do que à execução de programas estruturantes.
Arrecadação própria limitada	A Prefeitura ainda possui baixa capacidade de geração de receitas próprias, o que reduz autonomia fiscal e amplia dependência de transferências externas.
Administração tributária a ser modernizada	O município precisa aperfeiçoar cadastro, fiscalização, cobrança, legislação tributária, processos digitais e educação fiscal.
Fragilidade na gestão do saneamento básico	A Prefeitura precisa aprimorar planejamento, dados, projetos e articulação para ampliar acesso à água, esgotamento sanitário e infraestrutura sanitária.
Desafios na atenção materno-infantil	A mortalidade infantil exige fortalecimento das ações municipais de pré-natal, acompanhamento das gestantes, vacinação, vigilância e atenção básica.
Necessidade de qualificação da gestão educacional	Apesar da boa cobertura escolar, a Prefeitura precisa avançar em qualidade da aprendizagem, recomposição, avaliação, formação continuada e gestão pedagógica.
Capacidade limitada de elaboração de projetos estruturantes	A gestão municipal pode enfrentar dificuldades para transformar demandas em projetos técnicos aptos à captação de recursos estaduais e federais.
Fragilidade na gestão de contratos e contratações públicas	A Prefeitura precisa consolidar melhores práticas de planejamento das contratações, fiscalização contratual, gestão de riscos e vinculação das compras às prioridades municipais.
Controle interno ainda a ser fortalecido	O controle interno pode ter atuação limitada ou predominantemente formal, necessitando maior integração com planejamento, execução orçamentária e gestão de riscos.
Baixa institucionalização de rotinas de avaliação	A Prefeitura ainda precisa consolidar ciclos permanentes de avaliação, revisão de metas, prestação de contas gerencial e correção de rumos.
Limitações na comunicação institucional	A comunicação entre setores e com a população pode ser melhorada para fortalecer transparência, participação, orientação aos usuários e divulgação de resultados.

Ambiente Externo – Oportunidades

Oportunidades Externas	Descrição
Localização próxima a Araguaína	A proximidade com um dos principais polos econômicos e de serviços do Tocantins pode favorecer integração regional, acesso a mercados, serviços especializados e oportunidades econômicas.
Inserção no norte do Tocantins	A dinâmica econômica regional oferece possibilidades de articulação com cadeias produtivas agropecuárias, comerciais, logísticas e de serviços.
Vocação agropecuária regional	A presença de atividades agropecuárias no território e entorno pode ser aproveitada para fortalecer produtores, estradas vicinais, compras públicas, agroindústria e geração de renda.
Existência de cadeias produtivas regionais	Cadeias ligadas à carne, alimentos, comércio, transporte, serviços e produção rural podem abrir oportunidades para pequenos negócios locais.



Programas federais e estaduais	Políticas públicas de saúde, educação, assistência social, saneamento, habitação, infraestrutura, regularização fundiária e desenvolvimento econômico podem ser acessadas mediante projetos e articulação.
Emendas parlamentares e transferências especiais	Recursos externos podem financiar obras, equipamentos, veículos, infraestrutura, saúde, educação e assistência social.
Parcerias com SEBRAE, SENAR, SENAI e instituições de ensino	Essas instituições podem apoiar capacitação, empreendedorismo, qualificação profissional, desenvolvimento rural e melhoria da gestão pública.
Novo Marco Legal do Saneamento	A legislação nacional cria ambiente favorável à busca de soluções, projetos, investimentos e metas de universalização.
Reforma Tributária e modernização fiscal	Mudanças no sistema tributário nacional podem estimular atualização da administração tributária municipal e preparação para o novo modelo de arrecadação.
Avanço de tecnologias de gestão pública	Sistemas digitais, painéis de indicadores, processos eletrônicos e ferramentas de controle podem melhorar eficiência e transparência.
Maior exigência dos órgãos de controle	A pressão externa por planejamento, governança e transparência pode ser convertida em oportunidade para profissionalizar a gestão municipal.
Crescente agenda de governança municipal	O fortalecimento de temas como integridade, compliance, controle interno e gestão por resultados cria ambiente favorável à institucionalização do Planejamento Estratégico.
Possibilidade de integração com políticas regionais	O município pode se inserir em consórcios, arranjos regionais, pactuações intermunicipais e programas de desenvolvimento territorial.
Demanda por qualificação profissional	A necessidade regional por mão de obra pode ser aproveitada para organizar cursos, capacitações e programas de inserção produtiva.
Expansão de políticas de compras públicas locais	A legislação e as políticas de desenvolvimento local permitem estruturar, com segurança jurídica, mecanismos de estímulo à agricultura familiar e aos pequenos fornecedores.

Ambiente Externo – Ameaças

Ameaças Externas	Descrição
Dependência de transferências intergovernamentais	Oscilações no FPM, Fundeb, SUS, SUAS, convênios e emendas podem comprometer a execução das políticas públicas municipais.
Instabilidade econômica nacional	Inflação, juros elevados, retração econômica ou queda de arrecadação nacional podem afetar repasses, custos de obras, folha, serviços e investimentos.
Competição regional com Araguaína	A proximidade com um polo maior pode gerar evasão de consumo, busca de serviços fora do município e concentração de oportunidades em Araguaína.
Migração de jovens e mão de obra qualificada	A busca por estudo, emprego e renda em cidades maiores pode reduzir capital humano local e enfraquecer a renovação econômica do município.
Baixa diversificação da economia local e regional	A concentração em poucos setores produtivos torna o território vulnerável a crises setoriais, oscilações agropecuárias e redução de empregos.
Informalidade econômica	A informalidade reduz proteção social, arrecadação, capacidade de crédito, produtividade e estabilidade da renda das famílias.
Vulnerabilidade social das famílias	Baixa renda, dependência de benefícios e fragilidade de vínculos podem pressionar serviços de assistência social, saúde e educação.
Insuficiência regional de saneamento básico	A baixa cobertura de saneamento no território pode afetar saúde pública, meio ambiente, desenvolvimento urbano e cumprimento de metas legais.
Eventos climáticos e sazonalidade produtiva	Períodos de seca, chuvas intensas, degradação de estradas e sazonalidade agropecuária podem afetar produção, mobilidade, transporte escolar e acesso a serviços.
Aumento das exigências legais e dos órgãos de controle	Mudanças normativas e maior rigor fiscalizatório podem gerar riscos para municípios com baixa capacidade técnica e planejamento insuficiente.
Judicialização de políticas públicas	Demandas judiciais em saúde, educação, assistência social ou servidores podem comprometer o orçamento e reduzir margem de planejamento.
Pressão crescente sobre despesas obrigatórias	Reajustes salariais, manutenção de serviços, pisos nacionais, previdência e custeio administrativo podem reduzir capacidade de investimento.
Dificuldade de captação de recursos externos	A concorrência entre municípios e exigências técnicas dos programas podem limitar o acesso a convênios e transferências voluntárias.
Descontinuidade de programas estaduais e federais	Mudanças de governo ou de prioridades podem reduzir apoio financeiro e técnico ao município.
Risco de o Planejamento Estratégico não ser valorizado politicamente	Caso o plano não seja exigido, acompanhado ou incorporado à rotina administrativa, pode se tornar apenas um documento formal.
Mudanças na legislação tributária nacional	A transição da Reforma Tributária pode gerar incertezas para a arrecadação municipal e exigir adaptação rápida da gestão fiscal.



Análise Cruzada da Matriz SWOT – Município de Nova Olinda do Tocantins

A análise cruzada da Matriz SWOT permite avançar do simples diagnóstico para uma leitura estratégica da realidade municipal. Nesta etapa, as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças previamente identificadas são combinadas entre si, permitindo compreender de que forma a Prefeitura Municipal de Nova Olinda pode utilizar suas capacidades internas para aproveitar oportunidades, enfrentar riscos, corrigir fragilidades e reduzir vulnerabilidades institucionais.

A análise está organizada em quatro campos estratégicos: estratégias ofensivas, estratégias defensivas, estratégias de reorientação e estratégias de sobrevivência ou mitigação.

Cruzamento entre Forças e Oportunidades Estratégias Ofensivas

O cruzamento entre forças e oportunidades indica os caminhos pelos quais a Prefeitura pode utilizar suas capacidades internas para aproveitar condições externas favoráveis. Trata-se do campo mais propositivo da análise SWOT, pois revela possibilidades de avanço institucional, desenvolvimento local e qualificação da gestão pública.

Nova Olinda possui uma estrutura administrativa municipal já instalada, com secretarias, setores técnicos e serviços básicos em funcionamento. Essa força pode ser utilizada para aproveitar a crescente agenda de governança municipal, planejamento público, integridade, controle interno e gestão por resultados. A existência dessa estrutura permite que o Planejamento Estratégico seja incorporado à rotina administrativa, conectando secretarias, definindo prioridades e organizando programas de governo com maior racionalidade.

A rede municipal de educação, associada à boa cobertura escolar da população de 6 a 14 anos, representa uma base importante para aproveitar oportunidades externas de qualificação, programas federais e estaduais de educação, parcerias com instituições de ensino e iniciativas voltadas à formação profissional. A Prefeitura pode utilizar essa capacidade instalada para avançar da universalização do acesso para a melhoria da aprendizagem, recomposição pedagógica, formação continuada de professores, busca ativa escolar e integração entre educação básica e qualificação para o trabalho.

A existência de rede básica de saúde e assistência social também cria condições para aproveitar programas estaduais e federais, emendas parlamentares, transferências específicas e parcerias institucionais. A Prefeitura pode fortalecer linhas de cuidado, ampliar ações preventivas, qualificar o acompanhamento de famílias vulneráveis e melhorar a articulação intersetorial entre saúde, educação e assistência social. Com isso, oportunidades externas podem ser convertidas em melhoria concreta dos indicadores sociais.

O orçamento municipal, relevante para o porte populacional, é uma força que pode ser articulada com oportunidades externas de captação de recursos, emendas, convênios e programas estruturantes. A Prefeitura pode utilizar sua capacidade orçamentária como contrapartida, planejamento prévio ou instrumento de indução para acessar recursos externos. Nesse sentido, o orçamento não deve ser tratado apenas como instrumento de custeio, mas como base para projetos estratégicos, investimentos prioritários e melhoria da capacidade institucional.

A capacidade de indução econômica pelas compras públicas municipais pode ser combinada com oportunidades ligadas ao fortalecimento dos pequenos negócios, agricultura familiar, cadeias produtivas regionais e políticas de desenvolvimento local. Quando juridicamente possível, a Prefeitura pode organizar melhor suas contratações, planejar demandas com antecedência, fortalecer fornecedores locais, estimular a formalização de pequenos empreendedores e ampliar a participação da agricultura familiar em compras públicas, especialmente na alimentação escolar.

A proximidade administrativa da Prefeitura com a população, típica de municípios de pequeno porte, favorece o aproveitamento de oportunidades relacionadas à escuta social, identificação de demandas, programas territoriais e articulação comunitária. Mesmo que o Planejamento Estratégico esteja sendo elaborado inicialmente de forma técnica, essa proximidade pode ser utilizada



posteriormente para validar prioridades, ouvir lideranças locais e ajustar programas às necessidades reais da população.

A possibilidade de articulação direta entre secretarias pode ser utilizada para aproveitar programas externos que exigem integração institucional. Muitos problemas municipais, como evasão escolar, mortalidade infantil, vulnerabilidade social, insegurança alimentar, saneamento precário e baixa qualificação profissional, não podem ser resolvidos por uma única pasta. A escala administrativa reduzida de Nova Olinda pode facilitar a construção de fluxos integrados, com responsabilidades compartilhadas entre saúde, educação, assistência social, infraestrutura, administração e finanças.

A competência municipal para modernizar sua administração tributária constitui força relevante diante das oportunidades abertas pela Reforma Tributária, pela digitalização da gestão pública e pela necessidade de ampliar receitas próprias. A Prefeitura pode revisar sua legislação tributária, atualizar cadastros, melhorar a cobrança administrativa, aperfeiçoar a fiscalização e implantar processos digitais, preparando-se para um novo ambiente fiscal e reduzindo dependência de transferências.

A demanda institucional pela elaboração do Planejamento Estratégico é, por si só, uma força interna que pode ser potencializada pela maior exigência dos órgãos de controle. Aquilo que poderia ser visto apenas como obrigação formal pode ser convertido em oportunidade de profissionalização da gestão, organização dos processos internos e construção de uma agenda estratégica de médio prazo. Assim, as estratégias ofensivas indicam que Nova Olinda deve utilizar suas estruturas públicas existentes, seu orçamento, sua rede de serviços, sua proximidade com a população e sua capacidade de reorganização administrativa para aproveitar oportunidades externas de integração regional, captação de recursos, modernização fiscal, desenvolvimento econômico, melhoria da educação, fortalecimento da saúde e qualificação da governança municipal.

Cruzamento entre Forças e Ameaças Estratégicas Defensivas

O cruzamento entre forças e ameaças revela como a Prefeitura pode utilizar suas capacidades internas para reduzir riscos externos. Nesse campo, a pergunta central é: quais forças internas podem proteger o município diante de ameaças que não estão sob seu controle direto?

A dependência de transferências intergovernamentais é uma ameaça relevante para municípios de pequeno porte. No entanto, Nova Olinda possui orçamento municipal significativo para sua população e competência para aprimorar sua arrecadação própria. Essas forças devem ser utilizadas para reduzir a vulnerabilidade fiscal. A gestão pode fortalecer o planejamento orçamentário, melhorar a arrecadação de tributos municipais, revisar cadastros, controlar despesas obrigatórias e criar maior previsibilidade financeira.

A instabilidade econômica nacional, com possíveis efeitos sobre inflação, custos de obras, folha de pagamento e repasses, pode ser enfrentada com melhor planejamento interno. A existência de instrumentos como PPA, LDO, LOA e Plano de Contratações Anual deve ser utilizada para organizar prioridades, evitar contratações improvisadas, reduzir desperdícios e proteger políticas essenciais. A Prefeitura deve utilizar seus instrumentos formais de planejamento como barreira contra oscilações externas.

A competição regional com Araguaína representa ameaça porque pode gerar evasão de consumo, busca de serviços fora do município e concentração de oportunidades no polo regional. Para mitigar esse risco, a Prefeitura pode utilizar sua proximidade com a população, sua capacidade de compras públicas e sua estrutura administrativa para fortalecer o comércio local, estimular pequenos negócios, valorizar fornecedores locais dentro da legalidade e melhorar a oferta de serviços públicos municipais.

A migração de jovens e trabalhadores qualificados para cidades maiores pode ser enfrentada por meio das forças internas existentes na educação, assistência social, administração pública e articulação intersetorial. A Prefeitura pode criar programas de formação, orientar jovens para oportunidades produtivas, articular cursos com instituições parceiras



e estimular o empreendedorismo local. Embora não consiga impedir totalmente a migração, pode criar condições para que parte dos jovens enxergue possibilidades de permanência e atuação no município.

A informalidade econômica e a baixa renda das famílias podem ser mitigadas com o uso estratégico da assistência social, das compras públicas, da educação e das parcerias para qualificação profissional. A Prefeitura possui instrumentos institucionais para identificar públicos vulneráveis, estimular formalização, apoiar pequenos empreendedores, integrar CadÚnico com programas de qualificação e aproximar políticas sociais de políticas produtivas.

A insuficiência regional de saneamento básico e seus impactos sobre saúde pública podem ser enfrentados pela capacidade municipal de atuação sobre infraestrutura, saúde básica e planejamento. A Prefeitura pode utilizar sua estrutura para elaborar projetos, mapear áreas prioritárias, buscar recursos externos, fortalecer vigilância em saúde e integrar saneamento, atenção básica e educação ambiental.

As pressões crescentes dos órgãos de controle sobre planejamento, transparência, controle interno, execução orçamentária e contratações públicas podem ser enfrentadas com a capacidade interna de institucionalizar governança, controle interno e gestão de riscos. O Planejamento Estratégico deve funcionar como instrumento de defesa institucional, pois organiza prioridades, demonstra racionalidade administrativa e reduz a margem de improvisação.

A judicialização de políticas públicas, especialmente na saúde, educação e assistência social, pode ser mitigada por meio de melhor organização dos serviços, protocolos, acompanhamento de demandas recorrentes e planejamento orçamentário. A rede básica de saúde, a assistência social e a administração municipal devem atuar de forma preventiva, reduzindo situações que possam se transformar em demandas judiciais.

A pressão sobre despesas obrigatórias, como folha de pagamento, pisos nacionais, custeio de serviços e contrapartidas, exige que a Prefeitura utilize sua capacidade de planejamento financeiro e orçamentário. A gestão deve adotar controle mais rigoroso sobre expansão de despesas continuadas, planejamento de contratações e avaliação de impacto financeiro antes de assumir novos compromissos.

Dessa forma, as estratégias defensivas indicam que Nova Olinda deve usar suas forças institucionais para proteger a gestão municipal contra riscos fiscais, econômicos, sociais, regionais e administrativos. O fortalecimento da arrecadação própria, do planejamento orçamentário, da governança, do controle interno, da capacidade de execução e da integração entre secretarias será essencial para reduzir a exposição do município às ameaças externas.

Cruzamento entre Fraquezas e Oportunidades Estratégicas de Reorientação

O cruzamento entre fraquezas e oportunidades mostra como fatores externos favoráveis podem ser utilizados para corrigir ou reduzir limitações internas da Prefeitura. Esse campo é especialmente importante para Nova Olinda, pois permite transformar oportunidades institucionais, legais, regionais e financeiras em instrumentos de reorganização administrativa.

A cultura de planejamento ainda pouco consolidada pode ser corrigida com o aproveitamento da crescente agenda de governança municipal e da maior exigência dos órgãos de controle. A obrigação de elaborar instrumentos de planejamento, responder a fiscalizações e demonstrar resultados pode ser utilizada como impulso para reorganizar a gestão. Em vez de tratar o planejamento como exigência burocrática, a Prefeitura pode transformá-lo em método permanente de governo.

A fragilidade na integração entre secretarias pode ser enfrentada por meio da institucionalização do Planejamento Estratégico, da implantação de rotinas de monitoramento e da adesão a programas federais e estaduais que exigem atuação intersetorial. O município pode aproveitar essa oportunidade para criar comitês internos, agendas integradas, reuniões periódicas de acompanhamento e planos de ação por eixo estratégico.

A baixa capacidade de monitoramento por indicadores pode ser reduzida com o uso de tecnologias



de gestão pública, painéis de indicadores, sistemas digitais, bases oficiais de dados e ferramentas de transparência. A Prefeitura pode aproveitar soluções já disponíveis, inclusive gratuitas ou de baixo custo, para acompanhar saúde, educação, assistência social, finanças, obras, contratos e metas estratégicas.

As limitações técnicas da estrutura administrativa podem ser enfrentadas por meio de parcerias com SEBRAE, SENAR, SENAI, instituições de ensino, Governo do Estado, associações municipalistas e órgãos técnicos. Essas parcerias podem apoiar capacitações, oficinas, elaboração de projetos, qualificação de servidores, melhoria de processos e desenvolvimento de metodologias de gestão.

A baixa capacidade de elaboração de projetos estruturantes pode ser enfrentada com a oportunidade de captação de recursos por meio de emendas parlamentares, transferências especiais, convênios e programas estaduais e federais. Para isso, a Prefeitura precisa organizar um banco de projetos, priorizar demandas, padronizar documentos técnicos e capacitar equipes para transformar problemas locais em propostas financiáveis.

A arrecadação própria limitada pode ser corrigida a partir das oportunidades abertas pela modernização fiscal, Reforma Tributária, digitalização de processos, revisão do Código Tributário Municipal e atualização cadastral. O município pode ampliar sua autonomia financeira sem recorrer necessariamente ao aumento de alíquotas, concentrando-se em justiça fiscal, melhoria cadastral, cobrança eficiente, fiscalização orientadora e redução de inadimplência.

A fragilidade na gestão do saneamento básico pode ser enfrentada com o aproveitamento do Novo Marco Legal do Saneamento, programas federais e estaduais, possibilidades de regionalização, consórcios, parcerias e captação de recursos. A Prefeitura pode utilizar esse ambiente externo para organizar diagnóstico, metas, projetos e soluções graduais de universalização.

Os desafios na atenção materno-infantil podem ser reduzidos por meio do aproveitamento de programas federais e estaduais de saúde, recursos de emendas, capacitação de equipes, protocolos de pré-natal e integração com assistência social. A oportunidade externa deve ser usada para fortalecer a atenção básica e reduzir riscos associados à mortalidade infantil.

A necessidade de qualificação da gestão educacional pode ser atendida com programas de formação, avaliação, recomposição de aprendizagens, apoio técnico de instituições educacionais e políticas estaduais e federais. O município já tem boa cobertura escolar, mas precisa aproveitar oportunidades externas para melhorar qualidade e desempenho.

A fragilidade na gestão de contratos e contratações públicas pode ser corrigida com a implantação do Plano de Contratações Anual, capacitações sobre a Lei nº 14.133/2021, fortalecimento da fase preparatória das contratações, gestão de riscos e melhoria dos fluxos internos. As exigências legais recentes podem servir como oportunidade para profissionalizar a área de compras e contratos.

O controle interno ainda limitado pode ser fortalecido com a agenda de compliance, integridade, governança e controle preventivo. A Prefeitura pode aproveitar orientações dos tribunais de contas, capacitações, modelos normativos e boas práticas para transformar o controle interno em instrumento de apoio à gestão, e não apenas de verificação formal.

As limitações de comunicação institucional podem ser enfrentadas com o avanço das tecnologias digitais, redes sociais, portais de transparência, canais de atendimento e estratégias de comunicação pública. A Prefeitura pode utilizar essas ferramentas para orientar cidadãos, divulgar ações, prestar contas e fortalecer a confiança social.

Portanto, as estratégias de reorientação indicam que Nova Olinda deve aproveitar oportunidades externas para corrigir fragilidades internas. Isso exige uma agenda de modernização administrativa, qualificação técnica, integração entre secretarias, melhoria da arrecadação, elaboração de projetos, fortalecimento do controle interno, gestão de contratos, saneamento, educação e saúde.

Cruzamento entre Fraquezas e Ameaças Estratégias de Sobrevivência e Mitigação

O cruzamento entre fraquezas e ameaças identifica os pontos mais críticos da análise SWOT. Esse



campo revela situações em que fragilidades internas da Prefeitura se combinam com riscos externos, podendo comprometer a capacidade de gestão, a sustentabilidade fiscal, a qualidade dos serviços públicos e a execução do Planejamento Estratégico.

A cultura de planejamento pouco consolidada, quando combinada com a dependência de transferências intergovernamentais e a instabilidade econômica nacional, representa risco elevado para a gestão municipal. Sem planejamento integrado, a Prefeitura fica mais vulnerável a quedas de receita, atrasos de repasses, aumento de custos e necessidade de cortes improvisados. A mitigação exige fortalecimento do planejamento orçamentário, definição de prioridades, controle de despesas e alinhamento entre PPA, LDO, LOA e Plano de Contratações Anual.

A fragilidade na integração entre secretarias, associada ao crescimento das vulnerabilidades sociais, pode comprometer a resposta municipal a problemas complexos. Questões como baixa renda, informalidade, evasão escolar, mortalidade infantil, insegurança alimentar e vulnerabilidade familiar exigem atuação conjunta. Se cada secretaria atuar isoladamente, o município tende a desperdiçar recursos e obter resultados limitados. A mitigação exige criação de fluxos intersetoriais e planos de ação integrados.

A baixa capacidade de monitoramento por indicadores, combinada com a maior exigência dos órgãos de controle, representa risco institucional relevante. Sem indicadores, metas e evidências, a Prefeitura terá dificuldade de demonstrar resultados, justificar decisões, corrigir falhas e responder a recomendações externas. A mitigação exige criação de painel mínimo de indicadores estratégicos, relatórios periódicos e rotinas de acompanhamento.

As limitações técnicas da estrutura administrativa, quando associadas à dificuldade de captação de recursos externos, podem impedir o município de acessar oportunidades financeiras importantes. A ameaça não está apenas na falta de recursos, mas na incapacidade de transformar demandas em projetos tecnicamente viáveis. A mitigação exige capacitação de servidores, contratação de apoio técnico quando necessário, organização de banco de projetos e acompanhamento sistemático de editais, programas e emendas.

A arrecadação própria limitada, somada à pressão crescente sobre despesas obrigatórias, gera risco fiscal importante. Se o município continuar dependendo fortemente de transferências e, ao mesmo tempo, enfrentar aumento de folha, custeio, pisos nacionais, manutenção de serviços e contrapartidas, sua capacidade de investimento será reduzida. A mitigação exige modernização tributária, controle de despesas continuadas, revisão de contratos, planejamento de compras e avaliação permanente da sustentabilidade fiscal.

A administração tributária pouco modernizada, combinada com mudanças na legislação tributária nacional, pode expor o município a perdas de arrecadação, insegurança fiscal e baixa adaptação à Reforma Tributária. A mitigação exige revisão do Código Tributário Municipal, atualização de cadastros, melhoria da fiscalização, capacitação da equipe fazendária e acompanhamento das mudanças normativas.

A fragilidade na gestão do saneamento básico, associada à insuficiência regional de saneamento, eventos climáticos e riscos à saúde pública, representa ameaça direta à qualidade de vida da população. A ausência de projetos, dados confiáveis e planejamento pode manter o município em situação de vulnerabilidade sanitária. A mitigação exige diagnóstico específico do saneamento, definição de metas, busca de recursos e integração com saúde, meio ambiente e infraestrutura.

Os desafios na atenção materno-infantil, quando combinados com vulnerabilidade social, baixa renda, saneamento insuficiente e dificuldade de acesso a serviços especializados, podem manter indicadores de saúde em patamar preocupante. A mitigação exige atuação preventiva, fortalecimento do pré-natal, busca ativa de gestantes, acompanhamento de crianças, vacinação, nutrição e articulação com assistência social.

A fragilidade na gestão de contratos e contratações públicas, associada ao aumento das exigências legais e dos órgãos de controle, pode gerar riscos de apontamentos, responsabilizações, atrasos em serviços e perda de eficiência administrativa. A mitigação exige implantação efetiva do Plano de



Contratações Anual, padronização da fase preparatória, capacitação de gestores e fiscais de contratos, gestão de riscos e controle preventivo.

O controle interno ainda pouco fortalecido, combinado com maior pressão fiscalizatória, representa risco de irregularidades, falhas formais e baixa capacidade de prevenção. Se o controle interno não estiver integrado ao planejamento, orçamento, compras e execução das políticas públicas, sua atuação tende a ser tardia e insuficiente. A mitigação exige reposicionamento do controle interno como órgão orientador, preventivo e estratégico.

A baixa institucionalização de rotinas de avaliação, associada ao risco de descontinuidade administrativa, pode transformar o Planejamento Estratégico em documento meramente formal. Caso não haja norma, responsáveis, metas, indicadores, cronograma e monitoramento, o plano pode não sair do papel. A mitigação exige institucionalização do planejamento por ato normativo, criação de comitê de monitoramento e vinculação das ações estratégicas aos instrumentos orçamentários.

As limitações na comunicação institucional, combinadas com baixa participação social e possível descrédito da população, podem dificultar a adesão às ações do governo. A mitigação exige comunicação pública clara, prestação de contas, divulgação de metas, canais de escuta e linguagem acessível à população.

Portanto, as estratégias de sobrevivência e mitigação indicam que Nova Olinda deve tratar como prioridades críticas: planejamento integrado, modernização tributária, fortalecimento do controle interno, qualificação técnica da equipe, gestão de contratos, captação de recursos, saneamento, atenção básica, educação, comunicação pública e institucionalização do próprio Planejamento Estratégico.

Síntese da Análise SWOT

A análise cruzada da Matriz SWOT demonstra que Nova Olinda possui condições internas para avançar em uma agenda de modernização administrativa e desenvolvimento municipal, mas precisa transformar suas estruturas existentes em capacidade efetiva de planejamento, execução e avaliação. A Prefeitura dispõe de rede básica de serviços, orçamento relevante para o porte populacional, instrumentos formais de planejamento, proximidade com a população e competência para reorganizar áreas estratégicas como arrecadação, contratações, controle interno e políticas sociais.

As principais oportunidades externas estão ligadas à integração regional com Araguaína, à dinâmica econômica do norte do Tocantins, aos programas estaduais e federais, à captação de recursos, à modernização da gestão pública, à Reforma Tributária, ao Novo Marco Legal do Saneamento e à agenda crescente de governança municipal. Essas oportunidades devem ser aproveitadas para corrigir fraquezas internas, especialmente nas áreas de planejamento, capacidade técnica, arrecadação própria, saneamento, projetos estruturantes e monitoramento de resultados.

As ameaças mais relevantes dizem respeito à dependência de transferências, instabilidade econômica, competição regional, migração de jovens, vulnerabilidade social, informalidade, pressões fiscais, exigências dos órgãos de controle, eventos climáticos, baixa diversificação econômica e mudanças normativas. Para enfrentá-las, o município precisará adotar postura preventiva, fortalecendo planejamento, controle interno, gestão fiscal, integração entre secretarias e capacidade de resposta institucional.

A principal conclusão estratégica é que Nova Olinda precisa deixar de atuar predominantemente por demandas imediatas e avançar para um modelo de gestão orientado por prioridades, metas, indicadores e resultados. O Planejamento Estratégico deve ser utilizado como instrumento de reorganização da Prefeitura, integração das políticas públicas e preparação do município para aproveitar oportunidades externas e mitigar riscos que podem comprometer seu desenvolvimento.

A matriz cruzada indica, portanto, que os próximos passos do Planejamento Estratégico devem se concentrar na definição de eixos estratégicos, objetivos prioritários, programas estruturantes, metas



mensuráveis, indicadores de acompanhamento e mecanismos de governança responsáveis pela execução e monitoramento do plano.

Identidade Organizacional da Prefeitura Municipal de Nova Olinda Missão

Promover o desenvolvimento sustentável de Nova Olinda, garantindo serviços públicos de qualidade, gestão eficiente dos recursos municipais, valorização das pessoas, fortalecimento das políticas públicas e melhoria contínua da qualidade de vida da população.

Visão de Futuro

Ser reconhecida como uma Prefeitura eficiente, planejada, transparente e comprometida com o desenvolvimento local, capaz de transformar recursos públicos em resultados concretos para a população e posicionar Nova Olinda como município organizado, competitivo e socialmente justo no norte do Tocantins.

Valores

Integridade na condução da gestão pública.

Transparência na aplicação dos recursos e na prestação de contas à sociedade.

Eficiência administrativa na execução das políticas públicas.

Planejamento como base das decisões governamentais.

Compromisso com o cidadão e com a melhoria dos serviços públicos.

Desenvolvimento sustentável com equilíbrio entre crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental.

Valorização dos servidores públicos como agentes essenciais da transformação municipal.

Participação social como princípio orientador da gestão democrática.

Inovação nos processos, serviços e resultados da Prefeitura.

Justiça social no atendimento às necessidades da população.

Objetivos Estratégicos e Indicadores da Prefeitura Municipal de Nova Olinda

Os objetivos estratégicos e indicadores apresentados a seguir foram elaborados com base no diagnóstico socioeconômico, na análise SWOT e na identidade organizacional da Prefeitura Municipal de Nova Olinda. Eles têm como finalidade orientar a gestão municipal no alcance de sua missão institucional e de sua visão de futuro, estruturando prioridades, metas e parâmetros de acompanhamento.

Eixo Estratégico: Governança, Planejamento e Gestão Pública

Objetivo Estratégico	Indicadores Estratégicos
Fortalecer a cultura de planejamento integrado na Prefeitura Municipal.	Ampliar o percentual de secretarias com plano de ação anual elaborado para 100% até dezembro de 2026.
	Elevar o percentual de ações governamentais vinculadas ao Planejamento Estratégico para 80% até dezembro de 2027.
	Reduzir o número de ações executadas sem planejamento prévio em 50% até dezembro de 2027.
Integrar os instrumentos de planejamento, orçamento e contratações públicas.	Ampliar o percentual de ações da LOA vinculadas ao Planejamento Estratégico para 80% até dezembro de 2027.
	Elevar o percentual de contratações previstas no Plano de Contratações Anual para 90% até dezembro de 2027.
	Reduzir contratações emergenciais ou não planejadas em 40% até dezembro de 2027.



Implantar rotina de monitoramento e avaliação das políticas públicas.	Implantar painel de indicadores estratégicos da gestão municipal até junho de 2027.
	Elevar o percentual de metas estratégicas monitoradas trimestralmente para 100% até dezembro de 2027.
	Produzir relatórios quadrimestrais de monitoramento do Planejamento Estratégico a partir de 2027.

Eixo Estratégico: Gestão Fiscal, Orçamentária e Tributária

Objetivo Estratégico	Indicadores Estratégicos
Ampliar a capacidade de arrecadação própria do município.	Elevar a receita própria municipal em 20% até dezembro de 2028.
	Ampliar o percentual de imóveis com cadastro atualizado para 90% até dezembro de 2027.
	Reduzir o índice de inadimplência tributária em 30% até dezembro de 2028.
Modernizar a administração tributária municipal.	Atualizar o Código Tributário Municipal até dezembro de 2026.
	Implantar rotina digital de fiscalização, cobrança e atendimento tributário até dezembro de 2027.
	Ampliar o número de contribuintes regularizados em 25% até dezembro de 2028.
Melhorar a qualidade da execução orçamentária.	Elevar o percentual de execução das ações prioritárias previstas na LOA para 85% até dezembro de 2028.
	Reduzir despesas realizadas sem adequada vinculação ao planejamento em 50% até dezembro de 2027.
	Implantar análise prévia de impacto orçamentário para 100% das novas ações continuadas até dezembro de 2027.

Eixo Estratégico: Controle Interno, Transparência e Integridade

Objetivo Estratégico	Indicadores Estratégicos
Fortalecer o controle interno como instrumento preventivo e orientador da gestão.	Ampliar o número de orientações preventivas emitidas pelo controle interno em 50% até dezembro de 2027.
	Reduzir falhas recorrentes apontadas pelos órgãos de controle em 40% até dezembro de 2028.
	Implantar matriz de riscos nas áreas críticas da gestão municipal até dezembro de 2027.
Aprimorar a transparência pública e a prestação de contas à sociedade.	Elevar o índice de atualização do Portal da Transparência para periodicidade mensal até junho de 2027.
	Reduzir o tempo médio de resposta às demandas de informação pública em 30% até dezembro de 2027.
	Ampliar o número de relatórios gerenciais disponibilizados à população para, no mínimo, 3 por ano até 2028.
Desenvolver práticas de integridade e responsabilidade administrativa.	Implantar programa municipal de integridade e boas práticas de gestão até dezembro de 2027.
	Capacitar 80% dos gestores e fiscais de contratos em ética, integridade e controle até dezembro de 2027.



Reduzir ocorrências de não conformidade em processos administrativos em 40% até dezembro de 2028.

Eixo Estratégico: Educação e Desenvolvimento Humano

Objetivo Estratégico	Indicadores Estratégicos
----------------------	--------------------------



Melhorar a qualidade da aprendizagem na rede municipal de ensino.	Elevar os resultados de aprendizagem dos estudantes em avaliações internas e externas em 20% até dezembro de 2028.
	Ampliar o percentual de alunos alfabetizados na idade adequada para 90% até dezembro de 2028.
	Reduzir o percentual de alunos com defasagem de aprendizagem em 30% até dezembro de 2028.
Fortalecer a gestão pedagógica da educação municipal.	Capacitar 100% dos professores da rede municipal em formação continuada anual até dezembro de 2027.
	Implantar avaliações diagnósticas semestrais em 100% das escolas municipais até junho de 2027.
	Elevar o percentual de escolas com plano pedagógico monitorado para 100% até dezembro de 2027.
Garantir permanência, inclusão e acompanhamento escolar.	Reduzir a evasão e o abandono escolar em 50% até dezembro de 2028.
	Ampliar o acompanhamento de estudantes em situação de vulnerabilidade para 100% dos casos identificados até dezembro de 2027.
	Implantar rotina de busca ativa escolar permanente até junho de 2027.

Eixo Estratégico: Saúde, Atenção Básica e Qualidade de Vida

Objetivo Estratégico	Indicadores Estratégicos
Fortalecer a atenção básica como porta de entrada do sistema municipal de saúde.	Ampliar a cobertura de acompanhamento das famílias pela atenção básica para 95% até dezembro de 2028.
	Reduzir o tempo médio de espera por atendimentos básicos em 30% até dezembro de 2027.
	Elevar o número de ações preventivas realizadas pelas equipes de saúde em 40% até dezembro de 2028.
Melhorar os indicadores de saúde materno-infantil.	Reduzir a taxa de mortalidade infantil em 30% até dezembro de 2028.
	Ampliar o percentual de gestantes com pré-natal adequado para 95% até dezembro de 2027.
	Elevar a cobertura vacinal infantil para 95% até dezembro de 2027.
Integrar saúde, educação e assistência social no acompanhamento de públicos vulneráveis.	Ampliar o número de famílias acompanhadas de forma intersetorial em 50% até dezembro de 2028.
	Reduzir situações de risco social associadas à saúde em 30% até dezembro de 2028.
	Implantar fluxo integrado de acompanhamento de gestantes, crianças e famílias vulneráveis até junho de 2027.

Eixo Estratégico: Assistência Social, Inclusão e Proteção às Famílias

Objetivo Estratégico	Indicadores Estratégicos
Fortalecer a proteção social básica às famílias em situação de vulnerabilidade.	Ampliar o número de famílias acompanhadas pelo PAIF/CRAS em 30% até dezembro de 2028.
	Atualizar 95% dos cadastros do Cadastro Único até dezembro de 2027.
	Reduzir o número de famílias vulneráveis sem acompanhamento socioassistencial em 50% até dezembro de 2028.
Integrar assistência social com educação, saúde e geração de renda.	Ampliar o número de ações intersetoriais voltadas às famílias vulneráveis em 50% até dezembro de 2028.
	Elevar o número de pessoas encaminhadas para qualificação profissional em 40% até dezembro de 2028.
	Reduzir a reincidência de situações de vulnerabilidade acompanhadas pelo SUAS em 25% até dezembro de 2028.



Promover inclusão social e autonomia das famílias.	Ampliar o acesso das famílias vulneráveis a programas de inclusão produtiva em 40% até dezembro de 2028.
	Elevar o número de famílias inseridas em ações de geração de renda em 30% até dezembro de 2028.
	Reduzir a dependência exclusiva de benefícios assistenciais em 20% até dezembro de 2028.

Eixo Estratégico: Infraestrutura, Saneamento e Desenvolvimento Urbano

Objetivo Estratégico	Indicadores Estratégicos
Melhorar a infraestrutura urbana e rural do município.	Ampliar o percentual de vias urbanas com manutenção periódica em 50% até dezembro de 2028.
	Elevar o percentual de estradas vicinais com manutenção programada para 80% até dezembro de 2028.
	Reduzir pontos críticos de infraestrutura urbana e rural em 40% até dezembro de 2028.
Avançar na estruturação da política municipal de saneamento básico.	Elaborar diagnóstico municipal de saneamento básico até dezembro de 2026.
	Ampliar a cobertura de abastecimento de água para 90% da população até dezembro de 2028.
	Estruturar carteira de projetos de saneamento básico até dezembro de 2027.
Qualificar o desenvolvimento urbano e os espaços públicos.	Ampliar o número de espaços públicos revitalizados em 30% até dezembro de 2028.
	Reduzir demandas críticas de iluminação pública em 40% até dezembro de 2027.
	Implantar rotina de planejamento urbano e manutenção preventiva até dezembro de 2027.

Eixo Estratégico: Desenvolvimento Econômico, Empreendedorismo e Geração de Renda

Objetivo Estratégico	Indicadores Estratégicos
Fortalecer os pequenos negócios e o empreendedorismo local.	Ampliar o número de empreendedores capacitados em 50% até dezembro de 2028.
	Elevar o número de pequenos negócios formalizados em 30% até dezembro de 2028.
	Implantar programa municipal de apoio ao empreendedorismo até dezembro de 2027.
Estimular a geração de trabalho, renda e qualificação profissional.	Ampliar o número de pessoas qualificadas para o mercado de trabalho em 50% até dezembro de 2028.
	Elevar o número de parcerias para qualificação profissional para, no mínimo, 5 instituições até dezembro de 2027.
	Reduzir a dependência econômica da administração pública por meio da ampliação de iniciativas produtivas locais até dezembro de 2028.
Fortalecer a agricultura familiar e as cadeias produtivas locais.	Ampliar a participação da agricultura familiar nas compras públicas municipais em 30% até dezembro de 2028.
	Elevar o número de produtores atendidos por ações de apoio técnico e produtivo em 40% até dezembro de 2028.
	Implantar agenda municipal de fortalecimento das cadeias produtivas locais até dezembro de 2027.

Eixo Estratégico: Gestão de Pessoas, Capacitação e Modernização Administrativa

Objetivo Estratégico	Indicadores Estratégicos
Valorizar e qualificar os servidores públicos municipais.	Capacitar 80% dos servidores das áreas estratégicas até dezembro de 2028.
	Ampliar o número de capacitações internas realizadas anualmente para, no mínimo, 6 até 2027.
	Elevar o percentual de servidores capacitados em planejamento, controle, compras, contratos e atendimento ao cidadão para 80% até dezembro de 2028.



Modernizar processos administrativos e rotinas internas.	Reduzir o tempo médio de tramitação de processos administrativos em 30% até dezembro de 2028.
	Implantar fluxos padronizados para processos críticos da gestão municipal até dezembro de 2027.
	Ampliar o uso de ferramentas digitais nos processos administrativos em 50% até dezembro de 2028.
Melhorar a comunicação institucional e o atendimento ao cidadão.	Reduzir o tempo médio de resposta às solicitações dos cidadãos em 30% até dezembro de 2028.
	Ampliar os canais de comunicação pública e atendimento ao cidadão até dezembro de 2027.
	Elevar o nível de divulgação das ações e resultados da Prefeitura por meio de relatórios e canais oficiais até dezembro de 2028.

Síntese dos Objetivos Estratégicos

Os objetivos e indicadores propostos traduzem a missão e a visão de futuro da Prefeitura Municipal de Nova Olinda em compromissos concretos de gestão. A missão de promover desenvolvimento sustentável, serviços públicos de qualidade, gestão eficiente e melhoria da qualidade de vida passa a ser operacionalizada por meio de metas voltadas à governança, planejamento, saúde, educação, assistência social, infraestrutura, saneamento, desenvolvimento econômico e modernização administrativa.

A visão de futuro, que busca posicionar Nova Olinda como município eficiente, planejado, transparente, socialmente justo e comprometido com resultados, exige que a Prefeitura avance na institucionalização do planejamento, na integração entre secretarias, no fortalecimento da arrecadação própria, na melhoria dos indicadores sociais, na qualificação da gestão fiscal e na ampliação da capacidade de execução das políticas públicas.

Dessa forma, os indicadores estratégicos devem ser utilizados como instrumentos permanentes de acompanhamento, permitindo que a gestão municipal monitore avanços, corrija desvios, preste contas à sociedade e transforme o Planejamento Estratégico em ferramenta efetiva de governo.





MAPA ESTRATÉGICO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Nova Olinda –
Planejamento Estratégico Municipal

MISSÃO

Promover o desenvolvimento sustentável de Nova Olinda, garantindo serviços públicos de qualidade, gestão eficiente dos recursos municipais, valorização das pessoas, fortalecimento das políticas públicas e melhoria contínua da qualidade de vida da população.

VISÃO DE FUTURO

Ser reconhecida como uma Prefeitura eficiente, planejada, transparente e comprometida com o desenvolvimento local, capaz de transformar recursos públicos em resultados concretos para a população e posicionar Nova Olinda como município organizado, competitivo e socialmente justo no norte do Tocantins.

VALORES

- Ética e integridade
- Transparência
- Eficiência administrativa
- Planejamento e responsabilidade fiscal
- Compromisso com o cidadão
- Desenvolvimento sustentável
- Valorização dos servidores
- Participação social
- Inovação
- Equidade e justiça social

NÍVEL 4



IMPACTO FINAL

IMPACTO PARA NOVA OLINDA

Município organizado, competitivo, sustentável e socialmente justo, com melhoria contínua da qualidade de vida da população.

NÍVEL 3



RESULTADOS ESTRATÉGICOS

- Gestão eficiente, planejada e transparente
- Serviços públicos de melhor qualidade
- Inclusão social e proteção às famílias
- Desenvolvimento econômico e geração de renda
- Infraestrutura e qualidade de vida

NÍVEL 2



POLÍTICAS PÚBLICAS FINALÍSTICAS

- E) Educação e Desenvolvimento Humano**
Objetivo: Melhorar a qualidade da aprendizagem e a permanência escolar.
Indicadores-chave:
• Ampliar para 90% os alunos alfabetizados na idade adequada até 2028
• Reduzir a evasão e o abandono escolar em 50% até 2028
- F) Saúde, Atenção Básica e Qualidade de Vida**
Objetivo: Fortalecer a atenção básica e melhorar a saúde materno-infantil.
Indicadores-chave:
• Ampliar para 95% as gestantes com pré-natal adequado até 2027
• Reduzir a taxa de mortalidade infantil em 30% até 2028
- G) Assistência Social, Inclusão e Proteção às Famílias**
Objetivo: Fortalecer a proteção social básica e a autonomia das famílias.
Indicadores-chave:
• Ampliar em 30% as famílias acompanhadas pelo PAIF/CRAS até 2028
• Atualizar 99% dos cadastros do Cadastro Único até 2027
- H) Infraestrutura, Saneamento e Desenvolvimento Urbano**
Objetivo: Melhorar a infraestrutura urbana e rural e avançar no saneamento.
Indicadores-chave:
• Elevar para 80% as estradas vicinais com manutenção programada até 2028
• Ampliar para 90% a cobertura de abastecimento de água até 2028
- I) Desenvolvimento Econômico, Empreendedorismo e Geração de Renda**
Objetivo: Fortalecer pequenos negócios, agricultura familiar e geração de renda.
Indicadores-chave:
• Elevar em 30% os pequenos negócios formalizados até 2028
• Ampliar em 30% a participação da agricultura familiar nas compras públicas até 2028

NÍVEL 1



BASE INSTITUCIONAL

- A) Gestão de Pessoas, Capacitação e Modernização Administrativa**
Objetivo: Valorizar servidores e modernizar processos.
Indicadores-chave:
• Capacitar 80% dos servidores das áreas estratégicas até 2028
• Reduzir o tempo médio de tramitação de processos em 30% até 2028
- B) Governança, Planejamento e Gestão Pública**
Objetivo: Fortalecer o planejamento integrado e o monitoramento da gestão.
Indicadores-chave:
• Ampliar para 100% as secretarias com plano de ação anual até 2026
• Elevar para 80% as ações governamentais vinculadas ao Planejamento Estratégico até 2027
- C) Gestão Fiscal, Orçamentária e Tributária**
Objetivo: Ampliar a arrecadação própria e qualificar a execução orçamentária.
Indicadores-chave:
• Elevar a receita própria municipal em 20% até 2028
• Ampliar para 90% os imóveis com cadastro atualizado até 2027
- D) Controle Interno, Transparência e Integridade**
Objetivo: Fortalecer o controle preventivo e a transparência pública.
Indicadores-chave:
• Implantar matriz de riscos nas áreas críticas até 2027
• Reduzir falhas recorrentes apontadas pelos órgãos de controle em 40% até 2028

PLANEJAR HOJE, TRANSFORMAR AMANHÃ.



A autenticidade deste documento pode ser conferida pelo QRCode ou no Site <https://www.novaolinda.to.gov.br/assinex-validador> por meio do Código de Verificação: **Tipo de Acesso: 1002** e **Chave: MAT-e70055-04062026184035**